

PLANO DE CURSO

Nome do Curso

Propaganda Eleitoral Antecipada

Docente

Bruno Andrade

Mini currículo

Bruno Andrade é Doutor em Direito da Cidade (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Mestre em Direito (Universidade Estácio de Sá), possui Especialização em Direito Eleitoral (Universidade Cândido Mendes, 2009). Formado em História (UFRJ, 2006), bacharelado e licenciatura. Professor da Pós-graduação e especialização da PUC Minas, IDP e da UERJ/CEPED. Professor da Graduação da UPIS - União Pioneira de Integração Social. Autor do livro: Dados pessoais: LGPD e as eleições. Coordenador do livro Questões eleitorais contemporâneas: uma análise por servidores da Justiça Eleitoral. Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep). Componente da Comissão de Membros Avaliadores Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos IBEROJUR.

Link Lattes

<http://lattes.cnpq.br/7749297813528062>

Público-alvo

Magistradas e magistrados no exercício da jurisdição eleitoral; servidoras e servidores que atuam na jurisdição eleitoral nos gabinetes; servidoras e servidores que atuam na jurisdição eleitoral nas zonas eleitorais; e estagiárias e estagiários da Justiça Eleitoral.

Vagas ilimitadas

Modalidade

EAD/assíncrona

Carga horária total

4 horas-aula

Ementa

Análise teórico-prática da pré-campanha eleitoral, com enfoque na distinção entre propaganda eleitoral, propaganda partidária e propaganda antecipada, à luz da Lei nº 9.504/1997 e da Resolução TSE nº 23.610/2019. Estudo dos limites normativos e jurisprudenciais dos atos de pré-campanha (artigos 36 e 36-A), inclusive tipologias de condutas permitidas e vedadas, pedidos explícitos e implícitos de voto, propaganda intrapartidária e extemporânea, bem como o tratamento diferenciado da propaganda na internet e em meios offline, com exame de casos concretos e *leading cases* do TSE.

Justificativa

A intensificação do uso estratégico da pré-campanha por atores políticos, sobretudo em ambientes digitais, tem produzido situações complexas de difícil enquadramento jurídico, o que potencializa riscos de decisões díspares e insegurança na atuação da Justiça Eleitoral.

Paralelamente, a constante atualização da legislação e da jurisprudência em matéria de propaganda antecipada exige que magistrados(as) e servidores(as) que atuam na jurisdição eleitoral desenvolvam competências específicas para identificar atos de pré-campanha, diferenciar manifestações legítimas de propaganda extemporânea e aplicar, de modo fundamentado, o regime sancionatório correspondente.

Objetivo Geral

Desenvolver, em magistrados(as) e servidores(as) da Justiça Eleitoral, a capacidade de identificar, analisar e aplicar o arcabouço normativo e jurisprudencial relativo à pré-campanha eleitoral, distinguindo atos permitidos e vedados, inclusive em meios digitais, para fundamentar decisões e manifestações técnicas alinhadas às diretrizes da ENFAM e às boas práticas de atuação jurisdicional.

Organização e Desenvolvimento

O curso será realizado de forma assíncrona e a metodologia de exposição teórica e análise de situações concretas foram organizadas de forma a propiciar o protagonismo das/dos participantes, para que possam identificar as questões fundamentais relacionadas ao tema.

Material complementar

Será disponibilizado aos participantes materiais complementar para aprofundamento dos estudos, com o tratamento de questões abordadas no curso. Dentre os quais: slides utilizados na aula; leituras básicas sobre o tema; casos concretos tratados pelo TSE.

Atuação e responsabilidade de alunas e alunos

Participar das atividades assíncronas, observar os avisos remetidos pela coordenação, responder a avaliação do curso e comunicar à coordenação quaisquer dificuldades.

Quadro descritivo

Objetivos Específicos	Conteúdo Programático	Metodologia	CH	Recursos	Avaliação
Identificar as diferenças conceituais entre propaganda eleitoral, propaganda partidária, pré-campanha e propaganda eleitoral extemporânea. Distinguir, à luz dos artigos 36 e 36-A da Lei nº 9.504/1997 e da Resolução TSE nº 23.610/2019, os atos de pré-	Conceitos fundamentais: propaganda eleitoral, propaganda partidária, pré-campanha e propaganda eleitoral extemporânea. Base normativa: Lei nº 9.504/1997 (arts. 36 e 36-A) e Resolução TSE nº 23.610/2019 (dispositivos	Exposição dialogada em vídeo, com apresentação de conceitos-chave e problemas práticos sobre pré-campanha eleitoral Estudo dirigido de material escrito para sistematização dos critérios de identificação da propaganda antecipada. Análise de casos	Exposição dialogada em vídeo: 40 min. Estudo dirigido de material escrito: 20 min. Análise de casos e leading cases: 40 min. Atividade de aplicação: 20 min.	Vídeo-aula gravada (plataforma AVA da Justiça Eleitoral). Slides em formato PDF para download. Texto de apoio com sistematização normativa e jurisprudencial sobre pré-campanha. Casos concretos e acórdãos selecionados do TSE (trechos) para análise.	Resolução de questionário avaliativo (exercício de fixação) sobre identificação de atos de pré-campanha e propaganda antecipada ilícita.

campanha permitidos e vedados, inclusive quanto a pedidos explícitos e implícitos de voto. Analisar situações concretas e precedentes do TSE para reconhecer hipóteses de propaganda antecipada ilícita e suas consequências jurídicas. Aplicar critérios normativos e jurisprudenciais para fundamentar decisões e manifestações técnicas relativas à pré-campanha, em meios online e offline.	sobre pré-campanha, meios de veiculação e sanções). Teoria das três fases e parâmetros jurisprudenciais do TSE para identificação da propaganda antecipada ilícita. Atos permitidos e vedados na pré-campanha: “palavras mágicas”, pedidos explícitos e implícitos de voto, propaganda intrapartidária e uso de meios de comunicação social. Propaganda na internet e em meios offline: redes sociais, impulsionamento de conteúdo, rádio, TV, outdoors e poder de polícia da Justiça Eleitoral.	concretos e leading cases do TSE, com questões orientadoras para decisão fundamentada. Atividade de aplicação (questões objetivas ou estudo de caso breve) voltada à tomada de decisão em situação-problema.			
--	--	--	--	--	--

Avaliação de reação

Ao final do curso, as/os participantes preencherão um formulário de avaliação de reação que será usado como subsídio pela EJE/TSE para identificar o nível de satisfação em relação ao conteúdo, aos objetos de aprendizagem, à navegação e à organização da sala de aula virtual.

Crítérios para certificação

O certificado de participação no curso será emitido pela Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral e estará disponível para download no ambiente virtual de aprendizagem. Para obtê-lo, o participante deverá atestar frequência acessando a aula assíncrona no link indicado na sala de aula virtual, além de responder a avaliação do curso.

Bibliografia

Bibliografia básica

ANDRADE NETO, João. A pré-campanha em disputa entre libertários e igualitários: Uma contribuição à racionalização do debate sobre a propaganda eleitoral antecipada. In: NEPOMUCENO, Luciana Diniz; FREITAS, Juliana; POGLIESE, Marcelo Weick (Orgs.). Aspectos polêmicos e atuais do direito eleitoral. São Paulo: Rideel, 2021, pp. 173-211.

BRASIL. Lei n. 9.504/97.

BRASIL. TSE. Resolução n. 23.610/2019.

GRETA, Roberta Maia; ANDRADE NETO, João. O que é propaganda eleitoral antecipada ilícita: três filtros para levar a liberdade de expressão a sério. Revista Justiça Eleitoral em Debate. V. 12 n. 1, 2022.

MINAMI, Marcos Youji; MOUSINHO, Shayana Sarah Vieira de Andrade; REBOUÇAS, Gustavo Machado. Da possibilidade de medidas coercitivas em poder de polícia na seara eleitoral. Estudos Eleitorais, Brasília, DF, v. 17. n. 2, p. 142-170, jul./dez. 2023.

Pimentel, Alexandre Freire. Propaganda eleitoral: poder de polícia e tutela provisória nas eleições. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

Bibliografia complementar

ABBOUD, Georges; NERY JR., Nelson; CAMPOS, Ricardo (Orgs.). Fake news e regulação. 3. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

CARVALHO NETO, Tarcisio Vieira de. Liberdade de expressão e propaganda eleitoral: reflexões jurídicas a partir da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

FISS, Owen M. A ironia da liberdade de expressão: Estado, regulação e diversidade na esfera pública. Trad. Gustavo Binenbojm; Caio Mario da Silva Pereira Neto. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

HORBACH, Carlos Batisde. Liberdade de expressão nas redes sociais: o caso das fake news nas eleições presidenciais brasileiras de 2018. In: COSTA, Daniel Castro Gomes da; FONSECA, Reynaldo Soares da; BANHOS, Sérgio Silveira; et al (Orgs.). Democracia, justiça e cidadania: desafios e perspectivas - homenagem ao Ministro Luís Roberto Barroso. T.1 Direito eleitoral, política e democracia. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

MORAIS, José Luis Bolzan de; BRUM, Guilherme Valle. Restrições das liberdades públicas: universalizabilidade, princípios e integridade do direito. In: LEITE, George Salomão; LEITE, Glauco Salomão; STRECK, Lenio Luiz (Orgs.). Jurisdição constitucional e liberdades públicas. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

OSÓRIO. Aline Rezende Peres. Direito Eleitoral e Liberdade de expressão. 2 ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2022.

VEIGA, Luiz. As reformas no âmbito da propaganda eleitoral e a ascensão das redes sociais. In: COSTA, Daniel Castro Gomes da; FONSECA, Reynaldo Soares da; BANHOS, Sérgio Silveira; et al (Orgs.). Democracia, justiça e cidadania: desafios e perspectivas - homenagem ao Ministro Luís Roberto Barroso. T.1 Direito eleitoral, política e democracia. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

Anexos

- 01 – Propaganda Eleitoral Antecipada - Slides em pdf (caso exista um padrão visual do CNEJES, será necessário envio para adaptação)
- 02 - Artigo - A pré-campanha em disputa entre libertários e igualitários
- 03 - Artigo - O que é propaganda eleitoral antecipada ilícita
- 04 - Caso - AgR-AI nº 924 Acórdão VÁRZEA PAULISTA – SP
- 05 - Caso - AgR-REspe nº 2931 Acórdão QUEIMADOS – RJ
- 06 - Caso - REspe nº 060022731 Acórdão RECIFE – PE
- 07 - Exercícios de fixação

